

Itinerários de Euclides da Cunha pelos sertões sul-americanos: visões do estrategista e do poeta

Euclides da Cunha realiza em 1904-1905 uma missão diplomática, brasileiro-peruana, para reconhecimento das cabeceiras do rio Purus, na Amazônia. Em verdade, a viagem faz parte de acalentado projeto do escritor, de conhecimento da floresta, por onde se revelaria um estrategista militar arguto, que veio a oferecer à inteligência uma urdida concepção estratégica para o continente sul-americano e importante suma doutrinária para uma geopolítica do Brasil em face das nações dominantes. A viagem iria ademais consolidar a visão telúrica da nacionalidade, fiel ao estilo que o consagrara.

Palavras-chave: ciência e poesia; estratégia nacional; Brasil; América do Sul.



Euclides da Cunha, the writer, was in 1904-1905 in a Brazilian-Peruvian diplomatic mission for reconnaissance of Purus River headwaters in the Amazon Region. Actually, the journey was part of the writer's planned project to know the Forest, where he would turn out to be a witty military strategist and give the intelligence a plotted conception of South American continent integration and a significant doctrinal summary for a Brazilian geopolitics against dominant nations. That journey would also consolidate the telluric view of nationality, in line with the style that had exalted him.

Key words: science and poetry; national strategy; Brazil; South America.

Ana Maria Roland: Doutora em Sociologia pela UnB/Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), ensaísta e pesquisadora de literatura e cinema.

ITINERÁRIOS DE EUCLIDES DA CUNHA PELOS SERTÕES SUL-AMERICANOS: VISÕES DO ESTRATEGISTA E DO POETA

O sol descia para os lados do Urubamba... Os nossos olhos deslumbrados abrangiam, de um lance, três dos maiores vales da Terra; naquela dilatação maravilhosa dos horizontes, banhados no fulgor da tarde incomparável, o que eu principalmente distingui, irrompendo de três quadrantes dilatados e trancando-os inteiramente – ao sul, ao norte e a leste – foi a imagem arrebatadora da nossa Pátria, que nunca imaginei tão grande.

(Euclides da Cunha, Entrevista ao *Jornal do Comércio*, Manaus, 29.10.1905)

I O escritor, engenheiro militar e homem de ciência, Euclides da Cunha estava em missão diplomática, de finalidade técnica e estratégica, entre o Brasil e o Peru. Euclides planejava há tempos uma viagem de conhecimento a algum lugar da Amazônia – Acre, Mato Grosso, rio Negro – conforme antecipara em carta a amigos. Até que se produzisse a situação desejada, no ano de 1904, quando seria ele nomeado chefe, pelo lado brasileiro, da designada Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento das Cabeceiras do Rio Purus – um dos três maiores afluentes do Amazonas.

Desde os preparativos, a missão fora penosa e cheia de percalços. Euclides da Cunha, depois de contornar a costa brasileira, pelo mar, partindo do Rio de Janeiro; e de atravessar, desde a foz, o grande rio Amazonas, passando por Belém e demorando-se em Manaus, por longos quatro meses – cumpre até aqui um périplo de cerca de 6 mil quilômetros – para desemperrar e ultimar as providências que atrasavam a expedição; e partir, de Manaus, pelo rio Amazonas, com os navios da comitiva brasileira e peruana, para alcançar o Purus, e nele ultrapassar a fronteira entre o Brasil e o Peru, percorrendo então mais de 3 mil quilômetros; depois desse longo percurso o engenheiro chega, enfim, às nascentes deste rio, exausto, doente de impaludismo, febril. Ainda assim, faz questão de atravessar a foz do Pucani, as últimas vertentes do Purus, a pé, com auxiliares e batedores, arrimando-se com varejão,¹ pois ali nenhuma embarcação prestaria para chegar aos poços rasos, com vistas a

concluir-se a tarefa do levantamento e medições do terreno. No relatório, o “Diário da Marcha”, da comissão, foi registrada neste dia cena emblemática: “O dr. Euclides e quatro homens iam na frente [...] Estavam todos cansadíssimos. O dr. Euclides, para voltar, veio amparado no braço de um auxiliar”.

O itinerário de Euclides da Cunha na Amazônia consta dessas peripécias, de um texto traçado com personagens e ações impulsionados a confrontos e lances extremados. Em verdade, o escritor não tinha pela frente só a viagem prevista, mas o que nas línguas ibéricas se diz de uma façanha, ou no termo latino, de uma gesta. O leitor deve assimilar os golpes dessa escrita acidentada – para entender o espírito da missão euclidiana. São as cartas do escritor, enviadas a amigos e ao chanceler, o barão do Rio Branco, que revelam numerosas preocupações que o tormentavam, como o orçamento reduzido e as condições de pessoal e material apertadas, e solicitações feitas sem obter resposta. Havia outros fatores: os peruanos atrasavam também os preparativos. E Euclides temia fortemente fosse a viagem adiada, leia-se inviabilizada pela baixa das águas dos rios, quando não é possível a navegação de barcos de maior calado, nas alturas mais próximas das nascentes. Até que resolve anunciar a Rio Branco (em 10.3.1905) que partiria apesar das circunstâncias oferecidas: [...] a diminuição forçada da verba suplementar de cinquenta contos [...] não constitui impedimento à nossa partida. “[...] **Já vamos tarde – em plena vazante – e certo teremos tropeços** que não teríamos se houvéssemos seguido em janeiro, como sempre pensei.”² Mas, na mesma carta, reafirma ao chanceler sua disposição de partir de qualquer maneira, ainda que não fossem atendidas algumas solicitações:

Caso me seja fornecida a lancha da Marinha (de 2 pés apenas de calado) que aqui existe, poderei contar com muitos quilômetros mais de navegação a vapor [...] Não tive, porém, até agora, resposta do telegrama que neste sentido passei a V. Exa. Mas ainda que não obtenha aquela embarcação, julgo praticável o reconhecimento e adotei para isto todas as medidas [...].³

Dez dias depois anota que a lancha solicitada não chegara. Mas afinal a frota partiu no mês de abril, na época da estiagem, a mais imprópria para trafegar no grande rio, o que provocou, entre outros problemas, o afundamento do navio que transportava os víveres da tripulação. Registra ainda a desistência dos peruanos, depois deste desastre, criando-se uma tensão máxima; seria o fim da viagem. O engenheiro, agora diplomata pelas circunstâncias, suportou todos os impasses. Não estava a passeio – e prosseguiu. Os outros não desertaram.

A última etapa da entrada da expedição na floresta foi a mais intensamente dramática, se desenha conforme a vocação do escritor, na obscuridade, no meio do deserto; claudicante, como os passos da Paixão, sem a glória redentora, mas amparado pela fé – na história. Faz o leitor relembrar a primeira epopéia vivida pelo engenheiro militar, em 1897, nos sertões da Bahia, aquela que o lançaria com força à literatura, à ciência e à historiografia brasileiras.

Euclides da Cunha, depois daquela primeira aventura nos sertões, de que participa como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*, para reportar a Guerra de Canudos, tornara-se um escritor canônico, membro de duas das mais prestigiosas instituições nacionais: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras. Porém, a missão amazônica, desde a sua formulação inicial, revelaria do homem atributos diversos daqueles do escritor e do cientista consagrado. Um desses atributos, pouco estudado, é do estrategista e diplomata, formulador de uma urdida concepção estratégica nacional e de inserção continental do Brasil na América do Sul, além de traçar parâmetros de análise e ação, para as relações entre as nações incipientes e mais vulneráveis do capitalismo, e as nações imperialistas e dominantes.

A outra face do escritor, nem sempre reconhecida, a reafirmar-se nesta que seria sua última viagem, é a do poeta. Antes de traduzir-se na escrita, o poeta ressurgue nessa comunhão

com a terra, que necessita da travessia da viagem, como uma passagem regressiva a lugares remotos – oxalá ao território das reminiscências. A viagem à Amazônia, quase abortada por empecilhos político-burocráticos, foi marcada, até aquele transe final, pelo sentido da necessidade e da urgência, quando vemos o escritor entregar-se num último sacrifício à ação empenhada como uma oferenda.

Talvez seja mesmo mais difícil de reconhecer a poesia euclidiana nesse itinerário – ao menos não reconhecem alguns dos seus leitores – até pela sua prosa ainda mais intrincada e estranha, mais comprometida com exigências da ciência e da política, movendo-se em pesada erudição e entre diversas condicionantes. Mas foi poeta, mesmo quando seu desejo era desfazer lendas e encantamentos seculares, referidas à paisagem majestosa da floresta aquática. Seu vivo interesse pela hiléia, que ultrapassa a curiosidade científica e o encargo técnico, abrigou antes forte decepção, pela monotonia do roteiro fluvial.

2 Uma leitura dos escritos euclidianos da Amazônia⁴ revela índices de concentração temática, questões insistentes, que sinalizam o projeto não-escrito que animava o escritor a realizar essa acalentada viagem. Encontramos aí, em primeiro lugar, dois eixos complementares, estruturantes do texto, relativos ao conhecimento da região amazônica. Um primeiro eixo, sintagmático, de crítica histórica do conhecimento científico sobre esta região; um segundo eixo, da seleção, de ampliação deste conhecimento, principalmente pela inclusão e apropriação de outras fontes de saber.

É bem curiosa a posição do sujeito da enunciação. Ele fala com o domínio do discurso científico, mas de fora do campo. Não é um cientista oferecendo aos seus pares um arrazoado ou novidade acerca de um fenômeno determinado. É um sábio dirigindo-se aos poderes constituídos da República, como um “conselheiro do rei”, mostrando os limites do conhecimento

até ali produzido e buscando produzir efeitos políticos e práticos na região – de engenharia, saúde, educação, direitos do trabalho – e nas relações do Brasil com outros países, não apenas continentais.

Euclides buscava refazer o conhecimento de uma região estratégica para o país, a ser reavaliado e recriado tendo em conta os caracteres e interesses nacionais. Considere-se que, acima das suas diversas vocações, era um escritor de formação científica e técnica. Mas a ciência nele se valia dos recursos do escritor. O narrador euclidiano quer descobrir, surpreender e ensinar. Como surpreendem suas primeiras observações, ao repassar o conhecimento das expedições científicas à região. Curiosamente, são de caráter estritamente visual e estético, como as de um pintor, apreciando a composição do quadro, um após outro, sempre iguais, apesar de mudar o ponto de vista, em *travelling*. Incomodava-o a feição plana e repetitiva da paisagem.

E a floresta exuberante é transfigurada num quadro tristonho, que desconvida o leitor ávido de aventura a enveredar-se por esses caminhos da fantasia, como na *secura* deste enunciado: “Ao revés da admiração e do entusiasmo [...] um desapontamento”. Leva o leitor a estranhar, por colisão, a visão magnificente difundida da floresta, que se tinha por estabelecida, e que de acordo com o escritor, arrastou até os sábios que “desde Humboldt até hoje contemplaram a hiléia prodigiosa, com um espanto quase religioso”. Será outra a Amazônia conduzida pelo sábio brasileiro – é a promessa:

É, sem dúvida, o maior quadro da Terra; porém chatamente rebatido num plano horizontal que mal alevantam de uma banda, ***à feição de restos de uma enorme moldura que se quebrou***, as serranias de arenito de Monte Alegre e as serras graníticas das Guianas. E como lhe falta a linha vertical, preexcelente na movimentação da paisagem, em poucas horas o observador cede às fadigas de monotonia inatural e sente que o seu olhar, inexplicavelmente, se abrevia nos sem-fins daqueles horizontes vazios e indefinidos como os dos mares.⁵

Faz grande investimento na análise do *habitat* da floresta, situado entre as terras mais jovens do planeta – “é talvez a terra mais nova do mundo, consoante as conhecidas induções de Wallace e Frederico Hartt”. Um terreno ainda tão instável que se torna difícil firmar uma classificação segundo características geológicas, bem como hidrográficas e geográficas – o que dificulta ali a fixação de populações. O leito contorcido dos rios aponta a instabilidade dos cursos de água, espraiados nas margens em extensos reservatórios, os igapós e igarapés. No leito, uma gigantesca quantidade de detritos é arrastada – areia, galhos, árvores inteiras, somando 3 milhões de metros cúbicos de sedimentos por dia. O que altera incessantemente o *facies* da região, com formação de istmos e barrancos, e “de ilhas e de lagos de seis meses e até criando formas topográficas novas [...] sem que se saiba se tudo aquilo é bem uma bacia fluvial ou um mar profusamente retalhado de estreitos”.⁶

O pesar do escritor é que tais correntezas arrancam da terra e arrastam pelos rios e afluentes essa grandeza espantosa, dissipada, sem fixar-se e sem formar-se um delta, que lhe ampliasse o território e lhe servisse como base para a navegação desse grande rio. Todo o trabalho do rio é arrastado para o mar, para o norte, sendo duplamente desperdiçado: “Depois de uma única enchente se desmancham os trabalhos de um hidrógrafo”.⁷

Dada esta condição geográfica anômala, Euclides sugere para o estudo da região semovente uma geografia que trate da dinâmica desses fatores geográficos, que traduza a ação permanente dos rios sobre a fisionomia dos relevos. Quer, entretanto, efeitos práticos do conhecimento. Indica projetos de intervenção, recuperação e intercomunicação entre os rios, para melhoria da vida social e ocupação estratégica da área. O empenho do cientista e publicista em conhecer a Amazônia ganha objetividade, pelo interesse histórico e geopolítico que ele próprio atribui à missão nesta região de fronteira, caminho entre o Brasil e outros países da América do Sul.

ITINERÁRIOS DE EUCLIDES DA CUNHA PELOS SERTÕES SUL-AMERICANOS: VISÕES DO ESTRATEGISTA E DO POETA

É neste contexto que pode ser entendida a crítica do conhecimento científico e técnico de expedições exploratórias precedentes. A Amazônia, diz o cientista,

[...] é de toda a América a paragem mais perlustrada dos sábios e é a menos conhecida. De Humboldt a Emílio Goeldi [...] Wallace, Mawe, W. Edwards, d'Orbigny, Martius, Bates, Agassiz, para citar apenas os que me acodem na primeira linha, reduziram-se a geniais escrevedores de monografias.⁸

Conhecia bem a produção destes estudiosos, alguns desde o ciclo d' *Os sertões*. Além deles, inclui os naturalistas e exploradores mais antigos da Amazônia, como Alexandre Rodrigues Ferreira, os franceses La Condamine e d'Orbigny, entre outros. Cientistas respeitados, Euclides qualifica-os agora, desassombado e implacável, com paradoxo pouco lisonjeiro – “geniais escrevedores de monografias”.

O que faltava nas monografias científicas, a deduzir dos escritos euclidianos, é o que excediam na imaginação, como os antigos cronistas, deslumbrados que estavam com a paisagem magnificente, desatentos na caracterização sistêmica da bacia amazônica e nulos com respeito ao quadro histórico encontrado na região. Euclides da Cunha quer oferecer uma explicação unívoca, articulada, com a potência da epopéia bíblica das origens, de que careciam as “teorias fantasistas” e especializadas, que o perturbavam.

Ele próprio não encontrou motivos edênicos na floresta. Encontra, sim, no plano geográfico e histórico, um quadro terrífico. Rios devastadores da terra, abandonados, como o Purus, sem o mínimo tratamento de suas condições de navegabilidade e integração regional; uma floresta insalubre, quente e úmida, quase inabitável; epidemias crônicas que mortificam os imigrantes, e dificultam a adaptação desses caboclos que para lá fogem a cada ciclo de secas do Nordeste; ou ocasionam a desistência dos provenientes do Sul, que vão buscar promessas de riqueza na floresta, mas retornam espavoridos. E, fato

que mais o impressionou, encontra nos seringais um regime servil, “a mais criminosa organização do trabalho” já concebida, que pune a população adventícia de caboclos que povoam a região.

Tudo ali é inconciliável com a vida humana. A monotonia acabrunhadora reduz a atividade vital e o “clima caluniado” produz a atonia, estados de morbidez e frouxidão muscular; as epidemias abatem os imigrantes da floresta ao nível mais reduzido da atividade. Não bastasse a insalubridade da terra, considera aquele regime de servidão mais perverso do que outras formas de exploração do trabalho escravo.

Aquela é uma terra pobre, sem relevos e adornos, afóra da camada superficial, rica pela cobertura dos biomas que a revestem, e necessita ser conhecida com propriedade. Os homens, como os rios, abandonados. Apesar dos esforços de sábios naturalistas – do século XVIII e XIX, como o material portentoso levantado pela *Viagem filosófica* (de 1783 a 1792), de Alexandre Rodrigues Ferreira;⁹ ou dos cientistas do século XIX, todo este conhecimento acumulado “reflete bem a fisiografia amazônica”, naquilo que permanecia desconexo e segregado “no recanto de uma especialidade”. Seja pela porta das ciências naturais ou pelo discurso da história e etnografia, o escritor habitua o leitor ao quadro sombrio e desolador da selva. E a Amazônia é um deserto a ser ainda desbravado pela ciência, agora integrando a geia, as gentes, a história da floresta na história da nação.

Esta crítica à insuficiência do conhecimento científico e histórico bifurca-se num segundo eixo de sua análise, indissociável do primeiro. É a sua crítica do modo de produção do conhecimento. O escritor passa a reconduzir sua epopéia de reconhecimento buscando também outras fontes de saber, a começar pelos povos desbravadores do deserto aquático. Levanta o papel e o saber das gentes nativas dos sertões, reorientando também o tempo da narrativa para a perspectiva do

futuro. Passa a estudar a história da região, inclusive a dos países vizinhos. A ciência estava aquém da realidade, ali onde só os fortes, acostumados aos revezes, resistem. Sua tarefa haveria de ser então a de quem toma posse de um território, passa a integrar e ampliar estes conhecimentos fragmentados, para colocá-los **a serviço de uma estratégia nacional e continental**.

É preciso retornar a um aspecto da formação do escritor para entender melhor as escolhas euclidianas. Homem do seu tempo move-se entre um programa universalista do saber e, na direção oposta, orienta-se por uma convicção íntima, um território poético-telúrico, a lhe exigir compromissos em face da história. Nesses dois extremos encontra de um lado o peso do saber científico associado a interesses imperiais e às políticas de colonização; e de outro a estreiteza do conhecimento especializado. Naquela região do Brasil, já disputada nessa época pela ciência, por governos, e pela cobiça de aventureiros, não tardaria que territórios fossem adquiridos nas florestas para grandes investimentos, a exemplo do magnata estadunidense, Henry Ford.¹⁰ Reafirma-se no escritor, com mais intensidade e nitidez, a necessidade de apropriação do signo da nacionalidade, para fins de afirmação de interesses nacionais, como uma exigência do tempo.

A própria comissão bi-nacional, que provocou para que se realizasse, foi, no fim de contas, sendo transformada – ou se revelando – num requerimento para a nacionalização do conhecimento científico, histórico e geopolítico da região amazônica. Esta demanda ultrapassa o âmbito do conhecimento, ela é também programática e tem, claro, finalidade estratégica. Mas, parte de uma condição pessoal, uma vocação pode-se chamar. Nunca foi tão pertinente falar do “território autárquico” de cada sujeito.

Formas variáveis de tratamento podem ser destacadas dos ensaios euclidianos em relação aos países do continente, entre

os mais implicados com o Brasil, na questão amazônica. No período que se sucede à expedição, ele irá ampliar seu interesse pela América do Sul, em conhecimento e instrumentos de leitura da história, além das proposições de natureza estratégica. E também de algumas críticas dirigidas a países vizinhos. Criou um verdadeiro itinerário de leitura e ação, escalonando problemas diversos, comuns ou complementares, entre Brasil e países hispânicos vizinhos. E desenvolve um embrião de doutrina de defesa e soberania nacional.

O centro do seu interesse é declaradamente a nacionalidade brasileira. Na ação ou nos escritos do engenheiro, lê-se um insistente requerimento, a exigência de autonomia nacional em face das nações poderosas, e indicações para a integração continental, especialmente das comunicações, fluviais e terrestres que interliguem o continente e o acesso portuário entre o Atlântico e o Pacífico.¹¹

Aqui, nessa confluência de caminhos, creio, reencontram-se o estrategista e o poeta, nesta ordem, cuja distinção julgo necessária distinguir para entender o itinerário de Euclides da Cunha pelos sertões sul-americanos. É necessário examinar mais de perto como foram desenvolvidos esses temas.

3 Euclides considerou o conhecimento e a propaganda ideológica – embora não utilizasse este último termo – a porta privilegiada de entrada dos novos colonialismos. Na saga pelos sertões da Bahia, o alvo de sua assim chamada “vingança” dirigia-se às elites nacionais, que viu distantes da realidade da terra e do povo, que elas desconheciam. Ali, viu que as “elites de copistas”, de país subordinado, podem ser tão alheias e estranhas à própria nação quanto um exército inimigo. Mas viu que também a ciência ignorava os caracteres daquele recanto de deserto, onde se internou um exército de penitentes revoltosos. A exemplo do que anotou então, Hegel, o filósofo pontífice das classificações, não incluía a região sertaneja da caatinga, como aquela situada entre os rios Itapicuru e Vaza-barris[...]

“Falta um lugar nos quadros do pensador germânico” – diz lá altaneiro. Diga-se que a recepção imediata e surpreendente de sua obra inaugural, *Os sertões* (1902), pode ser creditada em parte à pertinência histórica dessa visão, amplificada pelo escritor. Deu voz ao “espírito do tempo”.

Sinal desses tempos, Euclides da Cunha subscrevia todo o esforço civilizatório nacional ao imperativo do *progresso*– “Ou progredimos, ou desaparecemos”. Mas não contemporizou com o progresso fora de condições históricas. Abre fogo contra os cientistas comissionados dos países hegemônicos, ou analisa simplesmente a política colonial de saúde, obras públicas, no modo como se transplantam do velho continente para países periféricos e protegem seus colonos, como um exemplo a ser aproveitado. Observou que, enquanto a medicina e a engenharia colonial auxiliam a adaptação dos colonos em terras distantes das metrópoles – Inglaterra, França – dos “resguardos com que se rodeia sempre o transplante dos povos para os novos *habitats*”, os seringueiros que migram para aquela região inóspita não têm nenhum tipo de amparo para realizar obra ainda mais valiosa, porque civilizatória e de interesse nacional.

Talvez o positivista Euclides da Cunha esperasse atenuação da ferocidade bélica, num novo desenho geopolítico baseado mais no conhecimento do que nas armas.

Há – diz o engenheiro – esta linha de nobreza no moderno imperialismo expansionista capaz de absolver-lhe os máximos atentados: os seus brilhantes generais transmudam-se em batedores anônimos dos médicos e dos engenheiros; as maiores batalhas fazem-se-lhe simples reconhecimento da campanha ulterior, contra o clima [...].¹²

Mas quer o fortalecimento da nação como caução para o crédito depositado.

Não estava sozinho nesse programa político de nacionalização do conhecimento técnico-científico e de “incorporação” de regiões do território à margem da história. Mas tampouco

era apenas sintoma de uma época. Havia, sim, uma herança que vinha do período monárquico, marcadamente de Dom Pedro II, de estímulo à ciência, ao conhecimento histórico do Brasil e à ilustração em geral. Lembre-se que a independência nacional se faz sob a continuidade da monarquia, que dura por sete décadas. Vinha também dali um movimento efetivo de criação de signos da nacionalidade autônoma e inspeção das fronteiras. O projeto ganha fôlego com a República nascente (1889), depois de apaziguados os tranSES iniciais, incluídos os programas de ampliação das comunicações telegráficas e ferroviárias, sob a condução do Exército brasileiro, do pantanal à floresta amazônica.

O discurso da ciência moderna, sabemos, apresenta-se como universal, cujos frutos estariam à disposição do progresso dos povos. Modernamente nutriu aspirações ao governo do mundo, como auxiliares do esclarecimento do príncipe e das nações – no discurso messiânico de Kant. No Brasil, uma especificidade foi que a introdução do pensamento científico surge tardia e não havia condições de absorção do programa do moderno Esclarecimento – *Aufklärung*. Aqui se adaptava um facho da filosofia das luzes ao programa de nacionalização, especialmente no Exército brasileiro – que se tornou emblema desse universalismo em versão nacional. Tal fato é indicado ainda na própria criação de instituições de guarda e produção de saber que levam o título de “brasileiro” – como o próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838.

Foi necessário criar este *corpus* institucional para a nação que, estranhamente, revelava-se melhor numa revolta religiosa e em guerra fratricida. No entanto, um consistente sedimento da cultura, de criação anônima, já estava na língua, no cancionista, na música, nas lendas, danças e festejos, em hábitos culinários, que ocupavam o território. Grande parte deste “abrasileiramento” dos símbolos ocorre para preencher o “vazio” entre a nação de fato e as instituições que se criavam por sobre a herança colonial. Numa linhagem de escritores e publicistas

formuladores desse projeto, que durou mais de um século, Euclides foi um dos principais formuladores e criadores.

Relembre-se outra vez a finalidade do reconhecimento das cabeceiras do Purus, dessa comissão brasileira e peruana, a primazia de chegar até o último palmo do rio, não alcançado em missões anteriores. Porém a missão euclidiana iria muito além. A princípio, sim, daria continuidade à viagem ao Purus, do geógrafo inglês, William Chandless, comissionado em 1864 pelo *Royal Geographical Society*, de Londres, cuja viagem exploratória revelara ao mundo científico as relações entre os grandes rios daquela área.

Seguindo o epistolário, encontramos Euclides, antes de partir de Manaus rumo ao Purus, a informar por carta ao chanceler brasileiro, o Barão do Rio Branco, que seriam feitas também correções às medições deixadas pela missão de Chandless, impulsionando aparentemente o objetivo da missão rumo ao aprimoramento da cartografia do rio.¹³ Com efeito, Euclides da Cunha refez todas as medições cartográficas do curso do rio, e ao fazer o reconhecimento das cabeceiras do Purus, completou a fisiografia daquela área da bacia amazônica. Até aqui, apenas o trivial de uma missão e seus fins práticos. Porém, havia um estrategista nesse lugar do engenheiro militar, e o Purus ficaria associado à expedição brasileiro-peruana, através do comissário brasileiro.

O projeto de nacionalização do saber e do discurso histórico euclidiano inclui o destaque para a inteligência e presença de algumas figuras, de brasileiros anônimos, como o experimentado navegador, Manuel Urbano, conhecedor desses rios, chamado a auxiliar Chandless. Urbano tornou-se decisivo na comitiva inglesa, porque sabedor daqueles roteiros. Euclides, um herdeiro do positivismo, admirador da *gens* formada ao longo de séculos, que fazem o território porque se fizeram à feição da terra e por isso o defendem – “até o esgotamento completo”, como se referiu ao povo de Canudos – aponta este lugar da experiência na construção do conhecimento científi-

co. Os navegadores do grande rio conhecem seus caminhos não de uma única viagem, mas por uma vida inteira, eram afinal os “guias” das expedições científicas.

A tradição de atribuir relevo aos “tipos sociais” germen do povo e das tradições nacionais foi inaugurada no Brasil pelo ideário do Romantismo. São indicativas do caminho de trazer à cena política e artística elementos da cultura que ainda não haviam sido designados e integrados, pelo discurso da história, a transfiguração artística das etnias e línguas indígenas ou a inclusão dos tipos humanos populares e regionais brasileiras, no romance, ou ainda a causa da escravidão, como elementos da nacionalidade. Mas coube aos positivistas, como Sílvio Romero, Capistrano de Abreu e o jovem Euclides, o reconhecimento do papel da ciência tributária do saber popular. Haveria no povo, aposta o escritor, uma ciência formada na experiência comum, fonte de todo classicismo, base das nações modernas. Ciência e escritura da práxis, ainda quando rudimentar, é bastante mais elaborada do que aquele saber do concreto distinguido por Lévi-Strauss, no selvagem.

Euclides irá incorporar ao discurso da história e da etnografia este novo personagem - os seringueiros. São os anônimos caboclos nordestinos, pela emigração intensificada na seca de 1877-79, lutando na obscuridade da história, que Euclides os reconheceu como pioneiros na ocupação da Amazônia, que produziram um saber da experiência, na “região malsinada”. Avançaram ali, lutando na obscuridade da história,

[...] naquele extremo sudoeste amazônico, quase misterioso, onde um homem admirável, William Chandless, penetrara 3.200 quilômetros sem lhe encontrar o fim - cem mil sertanejos, ou cem mil ressuscitados, apareciam inesperadamente e repatriavam-se de um modo original e heróico: dilatando a pátria até aos terrenos novos que tinham desvendado. ¹⁴

Anotemos, por fim, o que podemos chamar de geopolítica euclidiana do conhecimento, a presença de importante contribuição culta, a do engenheiro militar e professor de geologia e

mineralogia da Escola Politécnica, do Rio de Janeiro, João Martins da Silva Coutinho. Euclides foi aluno desta Escola. Coutinho era pioneiro nos levantamentos do rio Purus, onde realizou estudos de geologia, botânica, de etnografia das tribos da região. Este antecessor de Euclides possuía o espírito múltiplo dos sábios naturalistas, que tanto encantava o escritor brasileiro. Uma viagem científica e político-estratégica, sim, e não apenas de reconhecimento das nascentes do rio, esboçava-se naquele início do século XX.

4 Haveria importantes revelações nos escritos da Amazônia, também do ponto de vista político e estratégico. A começar pela inclusão do drama social na narrativa da floresta. Ao invés de apenas cenário, a géia – ou a *phisis* – é parte integrante do drama dos ribeirinhos.

O destino dos imigrantes da Amazônia teve profunda repercussão no escritor. O sertanejo resistente e guerreiro, herói da epopéia guerreira de *Os sertões*, agora é o povo expulso da própria terra e exilado na floresta. Ali se torna o decaído, escravizado, malignado de doenças. Os movimentos da escrita euclidiana, n' *Os sertões*, são comparáveis aos espinhos e ao cipoal pontiagudo da caatinga. Agora, jorram e se deslocam e se entrelaçam com a intrepidez dos rios amazônicos. O escritor faz uma etnografia da vida dos seringueiros. Levanta aspectos da saga desses homens, desde que abandonam a terra natal, até o internamento na floresta.¹⁵ Oferece detalhes reveladores das relações de trabalho nos seringais, como tabelas de cálculo dos ganhos ínfimos e das dívidas impagáveis dos seringueiros, com o “barracão”, acumuladas desde antes de chegarem ao seringal.

Vale a pena comentá-los. O sistema de propriedade dos seringais consta de poucos elementos. Além do barracão, as “estradas” de seringueiras e as habitações de madeira, em palafitas, para os seringueiros. Mas, torna-se gleba extrativa rentá-

bilíssima por artifício criminoso. No isolamento da selva os trabalhadores dependem do barracão para adquirir o que necessitam (víveres, arma e pólvora, ferramentas, remédios). O barracão é pois um misto de comércio compulsório de suprimentos e cobrador de portagem, modalidade de exploração encontrada em áreas de colonização ou no caso de expansão de fronteiras agrícolas, pela imigração. É algo semelhante ao que os agricultores de Oklahoma encontraram nas fazendas da Califórnia, nos Estados Unidos, nos anos 1930 – como representou John Steinbeck, em *As vinhas da ira* (*Grapes of wrath*). Os ganhos dos trabalhadores, ainda por vencer, são transformados em dívida. Nos seringais, pertence ao dono da gleba até mesmo parte do que “compram” no barracão, como as ferramentas de trabalho. Caso resolvam partir, são obrigados a devolver ao dono o que possuem de utensílios, armas e benfeitorias feitas nas habitações.

Por que tais relações se perpetuam e são aceitas pelos sertanejos nortistas, que não desertam? Que inércia atávica os faz permanecer atados aos laços servis, cumprindo pena, entretanto, revogável? – pergunta-se o narrador. Por que os imigrantes do Sul do país retornam ao primeiro sintoma da malária? São perguntas do texto. Surge o etnólogo alarmado, o observador implacável e minucioso para narrar a miséria inaudita dos coletores da borracha, submetidos a contrato com valia de condenação perpétua. É então que o escritor enuncia a fórmula mais surpreendente de sua lavra de oximoros, para dar conta desta realidade cruenta: “O seringueiro realiza uma tremenda anomalia[...] é o homem que trabalha para escravizar-se”.

O escritor vai ainda buscar mais resposta para sua estranheza, diante daquela realidade descomunal, em alguns lugares míticos – o labirinto, o inferno, o paraíso – deles utilizando-se no emprego metafórico e na colisão radical de termos, para intensificação da cena, em auxílio ao discurso da história – estilo narrativo já revelado em *Os sertões*. Busca

recursos da linguagem, na poética e na retórica, ao esgotamento dos instrumentos próprios da ciência, para tratar de fenômenos ininteligíveis, que só a poesia ou as narrativas míticas podem enlaçar. E a Amazônia é um “labirinto fluvial” encerrado nele mesmo, para referir o estado incompreensível que atrai e mantém presos os imigrantes da floresta. Aprimora ao paroxismo a colisão de termos, e a região é o “Paraíso tenebroso” – forma oblíqua para referir-se à realidade terrífica que guarda alguma estampa de paraíso. Neste labirinto o seringueiro não dispõe do concurso salvador do novelo de Ariadne. Ele está no abismo infernal do Velho Testamento. Nenhum fio redentor libertará esta legião angélica atraída ao Inferno e presa por contrato diabólico.

É então que se verifica um dos movimentos mais surpreendentes do texto euclidiano. Surge como uma advertência ao leitor, como a não permiti-lo habituar-se à sua prosa acidentada. Arma adiante, sempre, surpresa maior que obriga o leitor a refazer todo o percurso[...] para acompanhá-lo. Súbito, numa transição breve, a narrativa que até ali perseguia a queda do sertanejo, senhor do deserto árido, toma rumo inesperado. O herói batido é levantado no texto, como prenúncio de ressurreição em tempo vindouro – para quando os descendentes puderem sobrepor-se às cadeias infernais? Ao reencontrar o sertanejo no degredo da floresta e abandonado à sorte, eis que, para surpresa maior, o narrador reconduz o destino do herói, sobreleva-o, reconhecendo-lhe a capacidade de resistir à servidão, para cumprir seu papel histórico. Cabe a este herói – é o vaticínio – a missão de abrir uma trilha ao futuro. É a reviravolta, como promessa de salvação da obra, não do homem. Dentre todos os exploradores da floresta, o narrador destaque a obra do herói civilizador, o sertanejo, outra vez:

As gentes que a povoam talham-se-lhe pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a: domam-na. O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, **uma das maiores empresas destes tempos. Es-**

tão amansando o deserto. E as suas almas simples, a um tempo ingênuas e heróicas, disciplinadas pelos reveses, garantem-lhes, mais que os organismos robustos, o triunfo na campanha formidável.¹⁶

Em apoio à reiterada admiração de Euclides pelos caboclos, havia uma conjuntura histórica favorável ao reconhecimento de personagens populares. Era a “Questão do Acre”, território que pertencia à Bolívia e foi conquistado por seringueiros. Tem-se que o sucesso do acordo que pôs fim à disputa territorial entre o Brasil e a Bolívia deve-se à condução magistral da diplomacia brasileira, Rio Branco à frente. Na retaguarda militar, Plácido de Castro. O Brasil reconhecia a área boliviana, mas a questão só foi encerrada com o Tratado de Petrópolis, em 1903, pelo qual o governo brasileiro acordou em pagar à Bolívia 2 milhões de libras esterlinas em troca do Acre, além de conceder-lhe outros benefícios.¹⁷ Rio Branco trouxe antes à negociação a Casa de Rothschild, de Londres, para que os financistas intermediassem acordo com os interesses norte-americanos no território boliviano em disputa. Esta operação custou ao Brasil 110 mil libras esterlinas, pagas aos estadunidenses pela desistência dos investimentos naquele território.

Entretanto, pesou e muito nestas decisões governamentais a disposição dos seringueiros, organizados em liga sindical, dispostos a ir à guerra para defender a terra por eles ocupada para viver. A resistência despertou a simpatia nos meios letrados do Rio de Janeiro e de todo o país. O governo brasileiro teve de defender o território aos seringueiros e pagar o ônus da conquista. Ora, ali no Acre não estava o contingente de bravos “flagelados da seca” – termo que se impôs – oriundos da região árida, alguns inclusive sobreviventes do massacre de 1897, na Guerra de Canudos? Não eram os expatriados depois de um êxodo de milhares de quilômetros, da terra onde nasceram? Não havia naquela expansão do sentimento nacional um indizível espanto, um germen de reconhecimento pela dívida imen-

sa para com este povo, “felás desprotegidos” dos senhores, mas capazes de fundar vilas e repatriar a terra estrangeira? Não vinha daí, deste sertão, o sentimento euclidiano?

Após sua dura iniciação na floresta, Euclides redescobriu a sintonia com estes desbravadores anônimos. Retorna à sua narrativa o herói daquela primeira epopéia guerreira. Não seria ao acaso sua atração por esta sua última viagem. Foi o Acre, lembremos quando ainda estavam frescas as negociações do Tratado de Petrópolis, o primeiro destino pressentido pelo escritor para conhecer a Amazônia. Euclides ele próprio já se havia declarado um “jagunço manso”, um nômade capaz de viver numa “tenda árabe”. Escreve agora nesses ensaios verdadeiro libelo em favor dos seringueiros, revelando e avaliando os fatos, elevando a voz à República, aos cientistas, aos países imperialistas.

Pôde então o escritor entrever a possibilidade de transcendência daquela condição infernal, para a obra secular do povo sertanejo, na colonização da Amazônia. Reaparece o “cerne da nacionalidade” na poética euclidiana. Pelo seu testemunho a estratégia brasileira de ocupação da Amazônia se deve não aos governos nem à ciência, nem às metrópoles coloniais ou imperiais, mas aos povos sertanejos, à capacidade de aventurarem-se ao desconhecido e desenvolverem um saber da floresta.

5 A travessia amazônica determinou a passagem do engenheiro militar, cientista e escritor publicista nomeado na Campanha de Canudos, para o estrategista em questões de geopolítica continental, revelado a partir da comissão brasileira e peruana – e esta é a maior revelação do ciclo iniciado nesta expedição. Euclides chega a formulações pioneiras examinando as disputas de fronteira e a própria inserção do Brasil no continente sul, dentro do ordenamento político mundial. Importantes descobertas do itinerário amazônico euclidiano estão na confluência

de narrativas da formação das nações da América do Sul. Afinal aquela região de floresta faz fronteira do Brasil com Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela – porção significativa da América hispânica no cone sul. Relendo-se os escritos, vemos que a missão de reconhecimento geográfico resta como apenas um mote pacientemente construído por Euclides da Cunha para dar concretude e nacionalizar o conhecimento da Amazônia, enquanto ampliava o entendimento das relações do Brasil com a América do Sul.

É útil enumerar algumas das questões de geopolítica avançadas pelo engenheiro militar. Na negociação do Acre, foi-se buscar apoio na regulamentação das fronteiras das Américas portuguesa e a espanhola, consubstanciada no Tratado de Madrid, de 1750, base para sucessivos acordos – reiterado na maior parte no Tratado de Santo Ildefonso, de 1777 – para resolver questões de limites entre as colônias hispânicas e a portuguesa, na América do Sul. O Tratado de Madrid, conforme demonstrou Euclides, fundava-se nas antigas “Leyes de Índias”, de 1680, ordenações reais que dispunham sobre os assuntos das colônias hispano-americanas. Tais ordenações careciam de definição, no tocante a limites e localização cartográfica, em linhas extensas do continente. Houve que ser convocado o critério histórico do uso e posse efetiva do solo – *Uti possidetis solis* – para resolver divergências. No Tratado de Petrópolis foi convocada a tradição, prevaleceu também este critério, que garantiu o direito à terra aos extratores da borracha.

Euclides da Cunha tratou longamente das divergências entre Peru e Bolívia. Aqui, aparece outra bela surpresa, reveladora do estilo euclidiano. É a simpatia crescente, aquém do interesse histórico, que demonstra pela Bolívia, nação a lhe chamar a atenção pela sua extrema originalidade dentro do mundo hispano-americano, que viu, ao contrário do Peru, que teria herdado do colonizador os “vícios” e as “virtudes” da Espanha da decadência do *Siglo de Oro*. A Bolívia, a mais indígena das

nações da América do Sul, onde a cultura crioula coexiste com força predominante, o seu dramático isolamento, tudo despertado no escritor brasileiro emoção sincera. Antes de tornar-se a Bolívia republicana, em 1809, a antiga Audiência de Charcas surge tardia, de uma condição *sui generis* entre as colônias hispano-americanas, insulada entre o expansionismo colonial da América Portuguesa e da América Hispânica. E, ao mesmo tempo, estava no meio das disputas de dois vice-reinados espanhóis da América do Sul, o Peru e o Prata. Esta condição de enclave, de domínio da força popular-indígena, lugares sagrados da toponímia imemorial do poeta – não lembra Canudos? – retornam no seu *Peru versus Bolívia*.

O estrategista estudou em detalhe antigas pendências entre Peru e Bolívia, em questões de fronteiras. A Bolívia já havia perdido a saída para o mar, pelo Pacífico, para o Chile. Nasceu da anexação de partes do Peru e Vice-Reinado do Prata, a Audiência de Charcas foi desenhada sobre a mesma “ficção” cartográfica das “Leyes de Índias”. A imprecisão no referente ao ordenamento dos territórios espanhóis conquistados deu passagem a que as repúblicas tivessem suas próprias divergências de fronteiras. Peru e Bolívia disputaram territórios durante pelo menos um século, até o Tratado de Arbitragem de 31 de dezembro de 1902, a juízo do governo argentino.

Na análise das relações de fronteira entre o Brasil e o Peru, Euclides também retorna ao arcaico critério civilizador de fixação dos povos na terra e fundação de feitorias, que norteia sua visão da história desde a primeira epopéia sertaneja, e passa a orientar também sua narrativa do trânsito populacional e ocupação territorial das repúblicas sul-americanas. A questão não poderia ser mais “euclidiana”. Pois ele próprio, pesquisando documentos oficiais do Peru, localiza episódios de pioneirismo de caboclos sertanejos, do outro lado da fronteira. Remontando ao século XIX, traz a saga de brasileiros na Amazônia peruana, desconhecidos da historiografia nacional. Recolheu notí-

cias de homens que, adaptando-se escoteiros ao ambiente da selva, à língua, coexistindo pacíficos com os indígenas, deixaram marcas escritas na história daquele país.

O ensaio intitulado, laconicamente, “Brasileiros”, incluído em *À margem da história*, é escrito com surpresa e contida emoção. O narrador retarda o passo, para apreciar a cena descoberta. Encontrara alguns “aventureiros destemerosos” que ultrapassaram a fronteira, à margem da cartografia e dos poderes nacionais, em “ubás esguias”, tratando com os caxibos – “tribo que tem no próprio nome a legenda da sua ferocidade”. Descreve-os vagaroso: “Eram uns caboclos entroncados, de tez morena e baça, e musculatura seca e poderosa”, espécie de “valentes tranqüilos” que viriam a ser pioneiros do lugar.

Euclides reconheceu bem – e reverenciou – estes jagunços pacificados. Um deles, o “laborioso José Joaquim Ribeiro”, introduziu a coleta do caucho e a indústria extrativa na receita da região peruana. Sua prosperidade fez com que o produto passasse a “figurar no catálogo do que o departamento exporta para o Brasil”, fato extraordinário que iria modificar, atrair o povoamento para aqueles lugares, na marcha para o leste, daquele país. Outro brasileiro, Pedro C. de Oliveira, fundou uma estância próspera, farta em culturas, povoada com vilas de casas, voltada esta propriedade para o Amazonas, em Porto Vitória, no Peru. A estância foi reconhecida pelo governo deste país como “lugar mais apropriado para a guarnição militar e alfândega”. Os ciúmes locais poriam fim aos privilégios adquiridos e ao brilho pioneiro dos sertanejos nortistas, no território peruano – assinala o escritor.

Conta então destes trechos apenas o heroísmo anônimo, que tanto move o narrador, a admiração revigorada de Euclides da Cunha pelo seu maior personagem, o sertanejo experimentado nos reveses, agora empreendedor, associado à história comum da floresta, do Brasil e do Peru. Torna-se um estudioso da história peruana. Elege seus personagens e micro-

narrativas entre espaços vazios da floresta: os caucheiros peruanos, brutais exploradores, solitários, “produtores de ruínas”; o índio tragicamente desenraizado, os “quíchuas deprimidos” e “inúteis”; uma índia amauaca morta brutalmente; “os mais interessantes aborígenes sul-americanos” em fase final de extermínio; caçadores de riquezas de toda banda, em pleno nomadismo da fronteira.

Avalia a amplitude histórica do que no Peru chamou-se “El problema del Oriente”. No Peru a marcha do litoral na direção da Amazônia – a “hégira para o levante” – teria liberado a nacionalidade peruana, isolada na pequena faixa de terra entre o Pacífico e os Andes. Ao ultrapassar a cordilheira, revela-se “a melhor porção do país”, o extenso vale onde nascem os afluentes do Amazonas – o Purus, o Juruá e o Ucaiale – única saída desimpedida que poderia associar este país “pelo intercâmbio comercial à civilização longínqua, o Atlântico”. O engenheiro militar vislumbrava mais elementos para a estratégia integracionista, via comunicação, comércio e outras trocas que poderiam advir de relações bilaterais com o Brasil. Fala alto neste trecho da narrativa um tema caro ao autor. Outra vez comparece no discurso euclidiano o “litoral estéril” em luta com o interior “obscuro e fecundo”. Em *Os sertões* refere-se com menosprezo aos anêmicos *ribeirinhos do litoral*.

Ainda no âmbito da América do Sul defendeu pioneiramente projetos de interesse multilaterais, como a rodovia e futura ferrovia continental que integrasse o Atlântico e o Pacífico. Apontava os problemas no caminho de uma estratégia de integração política do continente, difícil, mas necessária.¹⁸ Reconheceu no Brasil um lugar estável para pleitear a integração possível, “imaginando na América do Sul, robustecida pela fraternidade republicana, a garantia suprema e talvez única de toda a raça latina diante da concorrência formidável de outros povos”.¹⁹

O progressivo envolvimento do escritor com questões geo-

políticas, de estratégia política continental, se abriria ao plano das relações internacionais, com os países dominantes. A questão de fundo que passa a orientar seus escritos é o contraste entre os interesses nacionais, do Brasil e extensivo ao grupo de países geopoliticamente similares, com a ação corrosiva das nações imperialistas e expansionistas, a que chamou também, num estilo mais imagético, de “nações robustas”.

Formulou, no âmbito destas relações desiguais, o conceito de “nacionalismo provisório”,²⁰ para orientar a ação interna e externa dos países que não dispõem de suficiente unidade étnica e política nacional, e são, portanto, vulneráveis nas relações com os países imperialistas e colonialistas. Define este nacionalismo como uma armadura de proteção necessária às nações que, estando em vias de constituírem-se e solidificarem-se, precisam de medidas cautelares, restritivas e defensivas (“máximos resguardos”), de caráter profilático e temporário, diante das “nações robustas”, que impõem sua atividade e seu gênio às demais. Refere-se aos interesses expansionistas ingleses e prenuncia o imperialismo norte-americano. Este peculiar nacionalismo não é incompatível com o *ethos* científico, político e filosófico da modernidade, abraçado por Euclides. E nem poderia ser chamado de meramente nacionalista, porquanto abriga sentido protecionista para dentro do território, de defesa da nacionalidade.

Creio que estas questões referentes à defesa nacional, do Brasil e países congêneres do continente, na obra euclidiana - um capítulo de geopolítica da safra amazônica - não tenham sido até hoje apreciadas como discurso estratégico. Trata-se de um discurso articulado em favor de uma nação, o Brasil, que emergia sob o peso expansionista de dois impérios, e com um destino histórico que a um só tempo a aproxima e a isola dos países da região, desde a divisão territorial das colônias ibéricas. O trato desta particular inserção histórica das duas bandas da América Latina amplifica a novidade da obra eucli-

diana, precursora no seu tempo. E o fez a partir do cenário da Amazônia, dos trânsitos comuns pelas vias fluviais, pois estava convencido, como Humboldt, seria ali o caminho de uma civilização futura.

6 Uma nota melancólica dá início a quase todas as referências à segunda epopéia de Euclides da Cunha: o livro da Amazônia ficou inacabado, com sua morte prematura, aos 43 anos, ocorrida em 15 de agosto de 1909 – quando irá completar cem anos. Deixei este comentário para o final deste ensaio, por entender que este fato da vida, o trágico obituário, não se sobrepõe ao que o fez um grande autor da literatura e da história brasileira, que abriu vias decisivas para a arte e a política, nos primeiros anos do século XX.

Leopoldo Bernucci, com muita justeza, destaca numa lembrança ao centenário de morte do escritor, não os prejuízos da perda, mas o mistério de haver esta grande obra: “Como entender que, na sua atribulada vida de engenheiro, pudesse Euclides produzir um livro como *Os sertões*, magníficos ensaios e outros textos notáveis?” – é a pergunta de Bernucci.²¹ Atribulada e curta vida, e uma obra monumental construída na obscuridade da província, por um escritor estóico como os seus heróis, que realizou uma obra civilizatória, como seus temas e personagens, sem apoio de governos, sem acolhida nas instituições republicanas, sem tradições e heranças familiares – este é o assomo euclidiano. Restam ainda a deletrear territórios ignotos desta escritura original.

Os escritos da Amazônia não são parte desimportante nem pouco volumosa da obra euclidiana. Entretanto não são muitos os leitores que os têm visitado com vagar. Observando a fortuna crítica do escritor, vê-se que ainda hoje os escritos do “ciclo do sertão”, situados na órbita dos estudos de literatura, predominam largamente sobre os escritos amazônicos. Creio que leituras de conjunto da obra, considerando os relevos e os

lugares mais obscuros desses últimos escritos, podem trazer ainda elementos novos que permitam avançar até mesmo na exegese do livro inacabado e nos possíveis desdobramentos deste como doutros projetos que o autor apenas insinuou traços. Muitos dos temas e questões formuladas ou refinadas por Euclides da Cunha lhes são anteriores e se firmaram na literatura, nas ciências humanas e campos afins, ou mesmo no senso comum, indicando que a transmissão desta obra está em operação. Suas questões tornaram-se “brasileiras”. Este fato isoladamente já a caracteriza como uma “grande obra”.

Há um *espaço euclidiano* na cultura brasileira, que se funda sobre o signo que o escritor destacou da formação nacional, desde as origens coloniais – o sertão. Hoje já ninguém nega o lugar fundamental desta obra, como foi denegada durante algumas décadas, pela crítica sociológica e pela história sociológica, que chegaram a qualificar *Os sertões* – o único livro do escritor conhecido dessa crítica – por exemplo, como “ideologia colonialista”. Chamaram ainda os modernos ensaístas, de Euclides a Gilberto Freyre, de “literatos”, no sentido de escritores diminutos e desqualificados. Foram muitos os equívocos provenientes de deficiências da leitura sociologizante, fundadas na atitude arrogante ou numa visão acanhada da arte e da própria ciência – como pude analisar noutro trabalho.²²

Aquele era um tempo em que o discurso acadêmico da ciência social pretendeu-se com mais alcance, ou mesmo com exclusiva legitimidade, sobre outros discursos que o precedem dentro das humanidades. Entretanto, ironicamente, *a ceifa era a ceifa*. Em face da novidade e do adensamento da tradição ensaística e literária, articulados na obra euclidiana, estes estudos universitários aproveitaram certos fundamentos elaborados pelos clássicos do romantismo, em primeiro lugar. E apropriaram-se de esquemas de interpretação da formação histórica brasileira estruturantes das obras que eles próprios denegavam, esquemas extensivos à formação latino-america-

na, que foram formulados originalmente por Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu – dois quase contemporâneos – como já tive também a oportunidade de analisar.²³

A incorporação do significante **sertão**, este antigo termo introduzido pela colonização portuguesa na América e alterado na significação historicamente, no Brasil, ao longo de mais de dois séculos, deu-se primeiro na literatura antes que no discurso da história. O termo trasladou-se da acepção originária, sertão deserto e conflagrado, para o sertão-domicílio, o “sertão redimido” – ainda que pontuado por guerras e escaramuças. Foi absorvido e representado na primeira acepção no romance, desde *O guarani* e *Iracema*, de José Alencar. Mas, na obra alencariana, o romance que irá destacar o espaço do sertão como cenário e personagem fabular, o sertão domesticado, é *O sertanejo* (1875).²⁴ Vale ainda rememorar que o primeiro capítulo de historiografia brasileira a destacar o sertão por tema e título deve-se a Capistrano de Abreu²⁵ – o historiador que foi influenciado desde jovem, e apresentado à corte do Rio de Janeiro, por Alencar. Esta genealogia retrospectiva aumenta a consistência ao projeto euclidiano.

Tal situação de avesso da transmissão, produzida por professores universitários, no que cortam os vínculos com clássicos da literatura e do ensaísmo brasileiro, e em particular com a obra euclidiana – e outras como de Gilberto Freyre – perdura até pelo menos os anos 1980. Consideremos à parte dessa tendência os lugares de cultivo da leitura desses clássicos, que ofereceram resistência àquela exclusão e favoreceram a que o significante euclidiano se operasse e se transmitisse historicamente. Há ressalvas na própria universidade, mas registramos apenas os trabalhos críticos pioneiros, como o de recuperação de excertos da obra completa e a edição crítica de *Os sertões*, por Walnice Nogueira Galvão,²⁶ e trabalhos como os de Frederico Foot Hardmann, que podemos considerar dentro do espírito euclidiano ainda quando tratava de temas diversos.²⁷ O

esquecimento findou nas comemorações do centenário da Guerra de Canudos, em 1997 – mais volumosas do que as do centenário de *Os sertões*, em 1902. Viu-se naquele momento de revivescência da leitura de Euclides da Cunha que é bastante amplo esse espaço na criação cultural e artística, além da recente produção acadêmica e também na história e na política, se entendermos que estas produções podem estar dentro do campo de problemas euclidianos, mesmo quando não estão tratando expressamente da obra de Euclides da Cunha.

Outro aspecto a se observar, pertinente à leitura deste clássico, é a continuidade das questões tratadas no conjunto da obra deste autor. Muitos dos problemas euclidianos, suas perguntas e seus personagens, seus grandes temas estão presentes desde sua obra inaugural até o livro inconcluso – atravessam as duas epopéias. Além do signo espacial e histórico, e mitopoético, os *sertões plurais*, que o escritor destacou da formação colonial brasileira e o tornou centro da interpretação do Brasil, muitos conceitos e elementos constitutivos de sua obra – as antíteses, especialmente – decorrem da travessia deste signo na sua obra.

Não menos importante é o espaço de *fronteira histórica* e das *fronteiras interiores*, que abrange os diversos nomes dos desertos e designa a condição de populações encravadas no território, mas que estão “à margem da história”, ainda não “incorporadas” à nacionalidade. A surpresa euclidiana é que o longínquo, que subsiste à margem do centro de irradiação, pode ser o elemento genuíno e vigoroso – a “rocha viva da nacionalidade”.

Neste sentido histórico e genealógico toda obra é, ou pode vir a ser, permanentemente inacabada. Como ocorre no rastro de toda grande obra, cabe aos leitores recuperá-la e proceder a desdobramentos vários. Os livros, ensaios, discursos, o vasto epistolário, os diários, os projetos, são matéria suficiente para as gerações procederem a infinitas exegeses e atualizações. Como não poderiam os leitores, os mais diversos,

aguçar a escuta e imaginar, e desdobrar veios importantes da obra, preencher hiatos, uma vez trilhando as pegadas dos desertos euclidianos?

Um livro restou inconcluso, aquele que se tecia da epopéia amazônica. Inconcluso apenas na perspectiva biográfica. O livro e a odisséia euclidiana têm essa inquietante pontuação suspensiva. Naquele mesmo ano de 1909 foram publicados, às pressas, os ensaios que comporiam o livro, no estado em que se encontravam os manuscritos e com os problemas de revisão. Intitulou-se *À margem da história* e foi publicado pela Editora Lello, em Portugal, a mesma que publicara dois anos antes *Contrastes e confrontos*. Não teve o título que lhe daria o autor, mas aproveitava o conceito euclidiano, por ele referido na introdução e de resto em sua obra, de “povos sem história”.

O livro de viagem, concebido antes mesmo de partir, Euclides estimou que iria ser o livro da sua vida. Ficaram registrados na sua correspondência aos amigos – o historiador e diplomata Oliveira Lima, o poeta Coelho Neto e o crítico José Veríssimo, entre outros – a gênese de seus estudos sobre a Amazônia, anteriores à comissão, quando começa a expressar o desejo de conhecer a floresta e de servir em alguma missão oficial, para realizar a viagem sonhada a essa região. Um livro de viagem, uma odisséia, é o verdadeiro fim do seu projeto. A pressa era o prenúncio do último ato – o escritor Milton Hatoum talvez não discordasse dessa afirmação.

Sabemos apenas que o livro guardaria, no motivo central e no argumento, na construção do herói e provavelmente na composição dos planos e andamento, traços marcadamente bíblicos. Este livro possuía título antes mesmo de existir a viagem. Iria se intitular *Um paraíso perdido*, em referência ao clássico renascentista do poeta inglês, John Milton (1667), versão da epopéia das origens segundo o Antigo Testamento. Nos ensaios euclidianos publicados encontra-se ainda que fragmentada a visão terrífica, de escritor, sobre a vida humana na Amazô-

nia, o aprisionamento dos exércitos de anjos nos confins insalubres da terra selvagem. A floresta não pertence ao Éden, mas à magnificência original da criação. E ao abismo onde caiu o exército de anjos desobedientes. Narra o mundo depois da expulsão dos primeiros humanos, do Paraíso, ali na selva tão desprotegidos quanto Adão e Eva após o castigo ocasionado pela transgressão, quando atendem à sedução de Satã, o Inimigo do Céu.

Euclides desejava a impossível salvação dos órfãos do “paraíso tenebroso”, mas sua via era nostalgicamente terrena, histórica, para o depois de “amansada” a ferocidade dos sertões. Mas punha fé no “progresso”, pela intervenção de governos – as leis, o “mestre-escola”, a saúde – da ciência e técnica. Esperava que o demorado movimento das gentes trouxesse a chance de desamararrar nós, na tragédia da história – Euclides foi um grande trágico. Antevia os caminhos a serem abertos, na obra de “incorporação à nacionalidade” de regiões ignotas, como obra continuada de governos – “um crédito ao futuro”. Era daí um exilado na barbárie do presente. Pôs, desde muito antes do fim, seu crédito na escritura de verdades históricas submersas e ignoradas e indesejáveis – e esta é a causa de sua obra, para isto escrevia.

Este amoroso leitor de Renan chegava ao âmago da miséria por sobre a qual se reproduz a relação colonial, que transforma em servos os homens livres, apondo a obra civilizatória à barbárie que reina no seio da ordem, para que fosse reconduzida pela moderna cidadania. Não seguiu aí o seu mestre no preceito pelo qual os segredos soterrados na fundação das nações, não os convém revelar. Iniciava-se um novo capítulo da vida republicana.

7 Quero trazer de volta, ao modo de epílogo, aquela cena final da travessia, citada em epígrafe, a miragem onírica da paixão euclidiana. Seguindo-o apenas no itinerário prosaico da viagem, pode aparecer como estranheza aquele breve mo-

vimento, a visão que se insurge no último trecho das nascen-tes do Purus. Quando o escritor se volta, olha atrás o cami-nho feito, como para se certificar que alcançou a terceira margem da travessia. Mas o que vê – narra no regresso da missão à fronteira, em Manaus – é um quadro magnífico, uma fulguração solar que se espalha e se alonga no vale onde os rios se encontram. Vê a pátria – com este nome a chama. Um confesso maravilhamento transborda no ânimo do via-jante, uma distensão a que até agora não se permitira como guardião das armas. Uma descontinuidade brusca, um con-traste entre a Amazônia euclidiana – a escritura do Inferno – e a visão feérica do território sagrado.

Aparece como uma reminiscência, um “reconhecimento” – na acepção da poética clássica. Por todos os lados está o imenso vale onde se encontram as águas do Purus, Ucaiale e, mais ao longe, o Madre de Dios, ao sul e o Juruá, ao norte. O horizonte se abre, súbito: “Os nossos olhos deslumbrados abrangiam, de um lance, três dos maiores vales da Terra”. Num transporte, desenha um quadro dividido em três linhas ascendentes, preenchendo todo o espaço visual, num plano geral brusco (“três quadrantes dilatados... ao sul, ao norte e a leste”) – o que colide também com o movimento sempre des-cendente ou plano, predominante na narrativa da história e do hábitat amazônico.

Moto-contínuo, uma surpresa, uma variação de foco no mesmo quadro – que o cinema pode com facilidade operar. Dentro do quadro, o foco recai sobre um detalhe pulsante (um *punctum*) que então se destaca e emerge ao primeiro plano, tomando todo o espaço da visão – é a operação metonímica, a travessia. O narrador contempla surpreso e com familiaridade aquilo que vê. Reconhece aquela visão antiga – quando teria visto antes, em que circunstância? – e prepara a frase toda para recebê-la, sem constrangimento em dizer seus ver-sos, como numa oração em versos: “naquela dilatação mara-vilhosa dos horizontes,/ banhados no fulgor da tarde incom-

parável,/ o que eu principalmente distingui,/ irrompendo de três quadrantes dilatados/ e trancando-os inteiramente foi... /a imagem arrebatadora da nossa Pátria,/ que nunca imaginei tão grande”. A imagem insurgente o assalta no limite de suas forças, do outro lado da fronteira. Dessa perspectiva vê a sua pátria, um ponto estável de convergência no quadro, como um resplendor no alto da talha de um altar-mor, numa igreja barroca. É um volver atrás, reconhecimento da visão antiga atualizada, que surpreendesse apenas pela grandeza. Ressurge a visão amada, ao penitente exaltado saído do purgatório, fundamente comovido, apaziguado com a graça de haver a figuração do amor – assim o poeta latino diante do esplendor de Beatriz.

O narrador não fala por si sozinho, mas da “nossa pátria”. Muitos são os seus leitores implícitos, que seu livro alcançaria. Com estes desejou talvez partilhar a sua *nossa Pátria*, a pátria telúrica, aquela que se constitui tão cedo no histórico individual de cada um. É emblemática essa circunstância vivida por Euclides da Cunha, que fez aparecer o sentimento nacional onde a natureza parece intacta e indiferente,²⁸ hostil ainda quando deslumbrante aos anseios do viajante. Buscava por sua pátria ancestral e necessitava figurá-la para além da realidade política? E esta visão, de onde surge, para onde aponta?

Já se disse que nos escritos da Amazônia o político e homem de ciência parecem sufocar o escritor. Por extrema ironia, todo aquele preciosismo do levantamento cartográfico revelar-se-á belo pretexto ao escritor brasileiro para haver a aventura, aquela que desenhou dentro do projeto brasileiro e a sua aventura pessoal, insistente, de demarcar a pátria jamais possuída e tomar posse de regiões as mais longínquas e esquecidas. A geografia torna-se amiga da política e da arte.

Euclides da Cunha em sua vida de escritor e homem de ciência quis reunir na expressão a arte, a ciência e a militância política do seu tempo, antevendo “um concurso mais estreito” entre estas musas que só raro se encontram. Pois se nos en-

ITINERÁRIOS DE EUCLIDES DA CUNHA PELOS SERTÕES SUL-AMERICANOS: VISÕES DO ESTRATEGISTA E DO POETA

saio do livro inconcluso ele parece trair a si mesmo, na rigorosa exegese de tudo que deu contas, de história, ciência e geopolítica, realizava então a viagem mais radical do seu percurso. É provável que se formos buscar na escrita euclidiana, relê-la no registro íntimo, no detalhe e nos intervalos do texto, haverá até mesmo na escrita do publicista lugares mais propícios para entender a rara insurgência do narrador terno e visionário, provavelmente o que preside a todos os demais, mesmo quando se oculta. O último gesto da travessia sugere uma transformação do narrador, operada durante o percurso. Sugere também uma entrega, se podemos dizer, do narrador a outra instância que não aos leitores implícitos a que se dirigiu antes. A quem se dirige então? É a questão.

Este ensaio foi apresentado em versão reduzida no Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada (Abralic), em 2004, Salvador, Brasil, no Seminário "Atravessando os sertões", coordenado por Antônia Torreão Herrera (UFBA) e Pedro Barboza (Universidade Católica da Bahia).

NOTAS

¹ Vara longa de madeira usada para impulsionar barcos chatos, apropriados para águas rasas.

² GALVÃO, V. e GALOTTI, O. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, [s/d], p. 264-265.

³ Idem, *ibidem*, p. 265.

⁴ Utilizarei nas notas de citação ou referência da obra euclidiana as edições digitais, a fim de facilitar ao leitor a conferência e recuperação dos trechos referidos. Cf. www.dominiopublico.gov.br/; www.bibvir.futuro.usp.br/; www.euclides.site.br.com/obraseuclides.htm/.

⁵ CUNHA, Euclides da. "Terra sem História". In: *À margem da história* (Ver edições virtuais sugeridas).

⁶ Idem, *ibidem*.

⁷ Idem, *ibidem*.

⁸ Idem, *ibidem*.

⁹ José Cândido de Melo Carvalho informa que dos escritos da viagem filosófica “foram encontrados, no inventário original, 57 obras” – Memórias, Notícias, Diários de Viagem, Relações. Cerca de 86 outras referidas à viagem ainda poderão ser atribuídas a Alexandre Rodrigues Ferreira. Cf. apresentação a FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura; Belo Horizonte: Itatiaia 1972.

¹⁰ O magnata norte-americano Henry Ford (1863-1947), pioneiro da indústria automotiva, fundou no interior do Pará a Fordlândia, em 1927, cidade voltada à atividade extrativa da borracha. Ford investiu US\$25 milhões na construção desta e noutras cidades fracassadas. Conta-se que na Fordlândia a atividade dos seringueiros era regulamentada como a dos operários de suas fábricas e a dieta prescrevia jejum de aveia e pêssego em lata, produtos desconhecidos dos caboclos, um dos fatos que provocou revolta dos seringueiros (1930).

¹¹ Cf. sobre a estratégia de integração continental de Euclides da Cunha, consultar *Contrastes e confrontos e a análise e fundamentação histórica constante em Peru versus Bolívia*.

¹² Cf. CUNHA, “Um clima caluniado”. In: *Contrastes e confrontos*.

¹³ GALVÃO, Walnice; GALOTTI, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1997, pp. 260, 275 e 281.

¹⁴ CUNHA, Euclides. “Terra Sem História (Amazônia)”. In: *À margem da história*.

¹⁵ Escreve em *À margem da história*: “a preocupação exclusiva dos poderes públicos consistia no libertá-las [as cidades] quanto antes daquelas invasões de bárbaros moribundos que infestavam o Brasil. [...] Mandavam-nos para a Amazônia – vastíssima, despovoada, quase ignota – o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria. A multidão martirizada, perdidos todos os direitos, rotos os laços da família... no tumulto dos embarques acelerados [...]. Mas feita a tarefa expurgatória, não se curava mais dela”.

¹⁶ CUNHA, Euclides. *À margem da história*. Cf. na já referida edição eletrônica.

¹⁷ O Brasil comprometeu-se a entregar, sob permuta, áreas da fronteira do Mato Grosso, bem como dar início à construção da estrada-de-ferro Madeira-Mamoré, numa extensão de 400 km, para permitir uma saída da Bolívia, pelos rios Madeira e Amazonas, ao oceano Atlântico – já acordada em 1867.

¹⁸ À luz do presente, Euclides da Cunha não esteve tão longe de imaginar as novidades na direção da integração sul-americana, iniciadas com a integração aduaneira do Mercosul, e atualmente, orientando-se em outras direções, como a União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Formada por doze países da região, com presidência itinerante, a nova corporação (2008), tendo definidas, entre as áreas de atuação, o diálogo político, à integração física, o meio ambiente, à integração energética, até a criação de mecanismos financeiros e aliança militar, o que supera o sonho euclidiano – depois de um século.

¹⁹ Cf. CUNHA, Euclides. “Solidariedade sul-americana”. In: *Contrastes e confrontos*.

²⁰ Cf. idem, ibidem, em “Nacionalismo provisório”.

²¹ BERNUCCI, Leopoldo, “Gênio vulnerável”, *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais, 2.8.2009.

ITINERÁRIOS DE EUCLIDES DA CUNHA PELOS SERTÕES SUL-AMERICANOS: VISÕES DO ESTRATEGISTA E DO POETA

²² Livros emblemáticos deste “ciclo”, e que os tomei por paradigma, são os de Dante Moreira Leite, *O caráter nacional brasileiro*, São Paulo, Livraria Pioneira, 1983 (a 1ª edição é de 19.); de Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da cultura brasileira*, São Paulo, Ática, 1977 (a 1ª edição de 19.); e o de Nelson Werneck Sodré, *A Ideologia do colonialismo*, São Paulo, Petrópolis, Vozes, 1984. Cf. ROLAND, Ana Maria. *Fronteiras da palavra, fronteiras da história*. Brasília: Editora da UnB, 1997.

²³ Cf. o livro citado, especialmente o capítulo “Paidéia latino-americana: uma odisséia inacabada”, e capítulo 4, onde analiso a recepção dos clássicos do ensaísmo voltado à interpretação histórica.

²⁴ Cf. ROLAND, Ana M. “A Terra de exílio e o sertão redimido – Notas sobre a crônica sertaneja de José de Alencar”. In: CARVALHO (Org.), Gilmar de. *Bonito pra chover*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

²⁵ Cf. ROLAND, Ana Maria. *Fronteiras da palavra*, p. 131.

²⁶ Refiro-me ao volume *Euclides da Cunha*, o 45º exemplar da coletânea “Grandes cientistas sociais”, organizado e prefaciado por Walnice Galvão, sob a coordenação geral de Florestan Fernandes. GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclides da Cunha*. São Paulo: Ática, 1984.

²⁷ HARDMAN, Frederico Foot. *Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

²⁸ Preparando-se há meses para a viagem, que lhe parecia iminente, escreve a um amigo em setembro de 1904, cheio de ironia com o francesismo reinante: “e aqui estou preparando-me para a romaria de 1.500 léguas ao Purus. Quase dizia Paris. Realmente nenhum *rastaquêra* arranja as *valises* para a patuscada reles dos *boulevares* com entusiasmo maior do que este meu entusiasmo no avançar pelo deserto”. Cf. GALVÃO, W. e GALOTTI, O., op. cit., p.234.